

A CONCEPÇÃO DOS JOVENS SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ – IFPR

THE CONCEPTION OF YOUTH ABOUT STUDENT ASSISTANCE POLICY AT THE FEDERAL INSTITUTE OF PARANÁ – IFPR

Amanda Costa Pinheiro*

Amanda de Souza Ribeiro**

RESUMO

A pesquisa investiga a concepção dos jovens sobre a política de assistência estudantil do Instituto Federal do Paraná. Foram entrevistados setes jovens com idade entre 17 e 19 anos que estão cursando o último ano do curso técnico em informática integrado ao ensino médio e que já tiveram contato com a política. O estudo aponta que os jovens possuem uma visão positiva da assistência estudantil, acreditam que tal política é necessária e relevante para a permanência e êxito dos alunos mais vulneráveis na escola, entendem que esse seria um meio para diminuir as desigualdades sociais no Brasil.

Palavras-chave: Assistência estudantil, Educação, IFPR.

ABSTRACT

This research is an investigation of young people conception of student assistance policy of the Federal Institute of Paraná. Were interviewed seven young people aged 17 to 19 who are attending the final year of computing technical course that it is integrated with high school and who have had contact with the policy. The study shows that young people have a positive view of student assistance, they believe that such policy is necessary and relevant to the permanence and success of the most vulnerable students in school, understanding that this would be a way to reduce social inequalities in Brazil.

Keywords: Student assistance, Education, IFPR.

*Possui graduação em serviço social, Mestrado Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, em andamento. Assistente social no Instituto Federal do Paraná, Campus Paranavaí-PR.

** Possui graduação em Pedagogia, Mestrado Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, em andamento.

Introdução

Este trabalho investiga a concepção dos jovens sobre a política de assistência estudantil na rede federal de ensino. Para tanto, realizamos um breve histórico da estruturação desta rede de ensino e da construção da política de assistência estudantil, enfatizando sua estruturação no Instituto Federal do Paraná, lócus da pesquisa. Para a investigação optou-se pela realização da entrevista semi-estruturada com sete jovens estudantes do Instituto Federal do Paraná, Campus de Paranavaí-PR. Acreditamos que a opinião dos jovens serve como um mecanismo de avaliação da política de assistência estudantil da qual tratamos neste texto.

A educação profissional teve início em 1909 com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, vinculadas ao Ministério dos Negócios, da Agricultura, Indústria e Comércio, passando apenas em 1930 para o Ministério da Educação e Saúde Pública. A partir de 1942 as escolas de Aprendizes Artífices são transformadas em escolas industriais e passam oferecer formação profissional equivalente ao nível secundário. Em 1994 são criados os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), centralizando neles a educação tecnológica, porém, num período de pouco investimento do governo federal na oferta de cursos técnicos o que acarretou na promulgação da Lei nº 9.649/98 que altera o artigo 47 da Lei nº 8.948/94 e estabelece que a construção de novas escolas técnicas federais só poderia ocorrer em parceria com o Estado ou a iniciativa privada (PORTES, 2012).

Este quadro começa a sofrer alterações em 2004 quando a política federal para oferta de educação profissional passa por uma reformulação no início do primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva por meio do Decreto nº 5.154/2004 que revoga o Decreto nº 2.208/97 e possibilita nova expansão da rede federal de ensino e sua organização curricular. A Lei nº 11.892/2008 cria os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia visando à oferta de educação profissional e tecnológica. Configuram-se como autarquia de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica, caracterizada por sua estrutura pluricurricular e multicampi e na oferta de educação básica, superior e profissional, especializada em educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2010).

O caráter histórico que fez surgir à educação técnica acerca do atendimento à necessidade de qualificação profissional para satisfazer os interesses do setor econômico, com a expansão da rede federal, deixa de ser prioridade, tornando a qualidade social o princípio fundamental de toda rede. Ao assumir a política educacional voltada à escolarização e a profissionalização, o Estado assume o ideário da educação como um direito e se afirma enquanto projeto societário que permita a inclusão social e a emancipação do público atendido (BRASIL, 2010).

Contrapondo esta ideia de mudança de projeto societário, Frigotto e Ciavatta (2011) afirmam que tanto nos dois governos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva quanto da Presidente Dilma Roussef, o investimento realizado no ensino médio brasileiro teve como maior objetivo atender aos ajustes recomendados pelas organizações internacionais e ao neodesenvolvimentismo, visando à expansão do capital, do que propriamente uma mudança de projeto societário, permanecendo desta forma a sociedade dividida em classes sociais. Conforme afirma Ciavatta

A base social da defesa da formação politécnica não impediu sua derrota no embate das forças políticas e de sua materialidade histórica no campo da economia, da cultura e da educação. Prevaleceram, primeiro, o industrialismo e o economicismo e, hoje, a meta da produtividade exacerbada pelo mercado como parâmetros da preparação para o trabalho. Este é o sentido da história da formação profissional no Brasil, uma luta política permanente entre duas alternativas: a implementação do assistencialismo e da aprendizagem operacional; versus a proposta da introdução dos fundamentos da técnica e das tecnologias, o preparo intelectual (CIAVATTA, 2005, p. 5).

Dessa forma, o desafio é justamente formar cidadãos que sejam capazes de entender todo esse contexto e consigam realizar uma leitura crítica da sociedade. A formação do ser humano de maneira integrada significa superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado e isento dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social. Buscar essa formação humana possibilita que o estudante, independente da sua idade, alcance uma nova visão de mundo e compreenda as relações sociais

por trás de todos os fenômenos presentes na sociedade (CIAVATTA, 2005).

A Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como direito social, isso significa que o Estado deve prever ações que permitam o acesso e a permanência daqueles que por vários motivos encontram-se excluídos deste processo, promovendo desta forma a igualdade de condições para todos, conforme prevê também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB/1996. No entanto, mesmo regulamentados em lei, tais direitos não estão sendo garantido no Brasil, país em que o ensino médio ainda não é obrigatório e que em sua maioria visa à preparação da classe operária para o trabalho sem nenhuma ligação para a produção científica, técnica e tecnológica (FRIGOTTO, 2007).

As primeiras iniciativas de regulamentação de uma política de assistência estudantil datam a década de 1930, por meio da incorporação do art. 157 da Constituição Federal de 1934 prevendo a destinação de auxílio financeiro a estudantes de baixa renda socioeconômica, estes por meio do fornecimento gratuito de material escolar, alimentação, tratamento dentário e bolsas de estudo. Destacamos ainda nesta mesma década os projetos de construção de Cidades Universitárias e a Casa do Estudante do Brasil para atendimento de estudantes carentes, ambas iniciativas na cidade do Rio de Janeiro (CAMPOS, 1940; ARAÚJO, 2007). No entanto, durante algumas décadas as ações voltadas a assistência ao estudante permaneceram pontuais e isoladas.

É também com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que as discussões sobre o acesso e a permanência dos estudantes nas instituições de ensino superior começam a ganhar mais força, tendo como marco a criação em 1987 do Fórum Nacional de Pró-Reitores de assuntos comunitários e estudantis (FONAPRACE), do qual faziam parte Pró-Reitores, Sub-Reitores, Decanos, Coordenadores e Responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantes das Instituições Federais de Ensino. O referido Fórum visava a instituição de políticas nacionais que garantissem o acesso, a permanência, e a conclusão dos cursos pelos alunos oriundos das camadas mais pobres da sociedade. Com este intuito foi criado também pelo FONAPRACE o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAS) que passa a ser adotado pelo Ministério da Educação (MEC) como uma

política que visa assegurar que o estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica consiga concluir o ensino superior (COSTA, 2010).

Seguindo esta perspectiva, a proposta de inclusão dos Institutos Federais compreende ações que promovam o acesso, ingresso, permanência e a conclusão com êxito dos cursos ofertados. Ou seja, incluir significa oportunizar condições para que as pessoas em situação de exclusão social tenham condições de acesso ao ensino, mas acima de tudo de permanência e conclusão. Esta proposta vai desde a isenção da taxa de inscrição para o processo seletivo aos auxílios e bolsas ofertados pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAS).

O PNAS, regulamentado pelo Decreto nº 7234/2010, em seu artigo 1º estabelece como finalidade a ampliação das condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, dispondo que este Programa deva estar articulado com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior.

O Instituto Federal do Paraná por meio das Resoluções nº 011/2009 e nº 053/2011 estabelece a Política de Apoio Estudantil abrangendo também aos estudantes do nível médio. A política de assistência estudantil compreende os auxílios nas áreas de alimentação, transporte, moradia e bolsas de inclusão social, monitoria e estudante atleta.

O auxílio alimentação é ofertado para estudantes que permanecem período integral na instituição ou estudantes trabalhadores que estudam no período noturno, o valor do auxílio é de R\$125,00 (mensal). O auxílio transporte é dividido em duas modalidades, municipal, para alunos que residem a mais de três quilômetros do campus e não possui outro tipo de transporte gratuito ofertado pelo município, o valor do auxílio é de R\$100,00 (mensal) e intermunicipal, voltado para estudantes oriundos de outros municípios que se deslocam diariamente para estudar, sendo o auxílio de R\$150,00 (mensal). O auxílio moradia atende estudantes cuja família reside há mais de 50 quilômetros de distância e que em razão dos estudos o estudante passou a residir na cidade do campus,

arcando com despesas de aluguel, o valor do auxílio é de R\$ 220,00 (mensal)¹.

As Bolsas de Inclusão Social inserem os estudantes selecionados em projetos acadêmicos sob orientação de servidores da instituição. Os estudantes contemplados recebem um valor mensal de R\$ 350,00 e precisam cumprir uma carga horária de seis horas semanais no projeto. O programa de monitoria é destinado aos estudantes do ensino médio que se inscrevem aos componentes curriculares disponíveis em edital. Os alunos selecionados exercem atividades de monitoria por seis horas semanais e recebem uma bolsa de R\$ 350, 00 (mensal). Já o programa estudante atleta seleciona estudantes que se inscrevem em modalidades esportivas disponíveis de acordo com edital e recebem uma bolsa de R\$ 300, 00 (mensal) para treinarem durante quatro horas semanais².

O Campus Paranaíba foi implantado em agosto de 2010, ofertando cursos de nível médio na modalidade subsequente. A princípio foram ofertados os cursos técnicos em alimentos com 40 vagas, eletromecânica também com 40 vagas e informática com 80 vagas, totalizando 160 vagas ofertadas. Em 2011, o número de vagas foi elevado para 240 distribuídas também para os três cursos, sendo 80 para cada curso, 40 na modalidade concomitante no período vespertino e as outras 40 na subsequente no período noturno. O primeiro curso integrado ao ensino médio implantado no campus aconteceu em 2012 com o curso técnico em informática no período matutino³. Em 2014 os cursos integrados foram expandidos para mais duas modalidades, agroindústria e eletromecânica, somando mais 120 vagas.

Ainda em 2014 foi estruturada a equipe técnica responsável pelas atividades pedagógicas e assuntos estudantis do campus. Esta equipe é composta por uma assistente social, um psicólogo, três pedagogas, uma intérprete de libras (língua brasileira de sinais) e três assistentes de aluno. A seleção dos alunos inscritos para os auxílios e bolsas da assistência estudantil

é feita por meio de análise socioeconômica realizada pela assistente social lotada no Campus. Como critérios de análise são considerados a situação de vulnerabilidade social do estudante e do seu grupo familiar. De acordo com a política de assistência estudantil o critério de renda estabelecido para que o estudante tenha direito aos auxílios é de até um salário mínimo e meio per capita, mas são considerados também alguns agravantes, dentre eles, situação de doença ou deficiência na família, situação de moradia e trabalho, despesas familiares, além de ser analisado os bens móveis e imóveis declarados pela família. Para comprovação de todas as informações necessárias para realização da análise socioeconômica o estudante precisa dentro do prazo estipulado apresentar documentação comprobatória à seção pedagógica e de assuntos estudantis.

Metodologia

Para a produção desta pesquisa foram realizadas entrevistas semiestruturadas com sete jovens estudantes do quarto ano do curso Técnico em Informática integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal do Paraná, Campus Paranaíba-PR, com o objetivo de investigar a concepção dos jovens sobre a política de assistência estudantil na rede Federal de ensino. Conforme apontado anteriormente, os critérios utilizados para a escolha desse público levaram em consideração o fato destes alunos constituírem a primeira turma do Ensino Médio e Técnico do campus Paranaíba, possibilitando um contato maior com a política.

Esta pesquisa caracteriza-se como uma investigação qualitativa, de modo que “privilegia a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais, individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados, e caracterizada pela heterodoxia no momento da análise” (MARTINS, 2004, p. 289). Flick salienta que a pesquisa qualitativa utiliza entrevistas e observações, as informações produzidas por este método possibilita a escolha de métodos de interpretação que serão utilizados para a análise dos dados obtidos. Dessa forma, a pesquisa qualitativa “puede representar como un camino de la teoría al texto y otro de vuelta del texto a la teoría. La intersección de los dos caminos es la recogida de datos verbales o visuales y su interpretación en un diseño de investigación específico” (FLICK, 2007, p. 25).

¹ Informações extraídas da página do Instituto Federal do Paraná. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/menu-academico/assistencia-estudantil/>. Acesso em: 16 set.2015.

² Informações disponíveis em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/menu-academico/assistencia-estudantil/>. Acesso em: 16 set.2015.

³ A modalidade de cursos integrados tem duração de 4 anos, uma vez que os concluintes do curso são diplomados no ensino médio e técnico. Importante ressaltar que os jovens entrevistados ingressaram na instituição nesta turma, em 2012.

Para Marconi e Lakatos (2010, p.179) a entrevista semiestruturada “trata-se de uma conversação, face a face, de maneira metódica, proporciona ao entrevistado, verbalmente, a informação necessária”. Por se tratar de um fenômeno complexo, a entrevista semiestruturada possibilita ao entrevistado explorar a questão abordada a partir da fala dos participantes e com base em um roteiro com questões norteadoras previamente definidas. De acordo com Flick (2007) esse tipo de entrevista tem despertado o interesse dos pesquisadores, sendo amplamente utilizadas em pesquisas qualitativas. Como cita o autor, “este interés se asocia con la expectativa de que es más probable que los sujetos entrevistados expresen sus puntos de vista en una situación de entrevista diseñada de manera relativamente abierta que en una entrevista estandarizada o un cuestionario” (FLICK, 2007, p. 89).

Para nortear a realização das entrevistas utilizamos 17 questões abertas, porém, durante o processo de realização outros questionamentos surgiram alterando o roteiro previamente estabelecido. Essa flexibilidade no decorrer da entrevista favorece uma melhor compreensão do entrevistado em relação ao que lhe foi perguntado (LAKATOS, 2010). Para o registro das respostas foi utilizado um gravador, assim tornou-se possível a transcrição exata das informações obtidas durante a entrevistas com os jovens. Para manter o sigilo, os nomes dos entrevistados foram modificados.

O primeiro contato com os jovens se deu na sala de aula, momento em que as pesquisadoras expuseram os objetivos da pesquisa e convidaram os estudantes a participarem. Alguns alunos se dispuseram voluntariamente, sendo do total, quatro homens e uma mulher, todos com idade entre 17 e 19 anos. A renda familiar apresentada pelos jovens compreende uma quantia de R\$ 1.500 à R\$ 7.000 (reais) em famílias compostas de três a quatro pessoas. Importante ressaltar que dois dos setes jovens entrevistados não foram beneficiados pela assistência estudantil em razão da renda familiar ser superior ao estabelecido em lei, porém todos participaram da seleção para solicitação de auxílios, ao menos uma vez, tendo dessa forma contato com o programa.

As análises das entrevistas serão baseadas na concepção de Taylor (2010) acerca dos imaginários sociais. Para este autor os imaginários sociais das pessoas vão além da reflexão que fazem sobre a realidade social de forma distante, pois compreende também a

sua própria existência, suas relações sociais e econômicas, as histórias de vida, as expectativas em relação ao futuro dentre outras questões. Neste sentido, as concepções humanas envolvem um processo reflexivo pessoal relacionado ao seu contexto social, histórico e suas experiências individuais. Na sequência apresentaremos o resultado da pesquisa de campo.

A concepção dos jovens sobre a política de assistência estudantil

O objetivo desta seção é apresentar a concepção dos jovens sobre a política de assistência estudantil. Para tanto, buscamos compreender o que estes jovens entendem por políticas assistenciais de maneira geral e qual sua visão acerca do programa ofertado pela instituição de ensino que estudam.

Diante dos relatos dos jovens entrevistados foi possível perceber que o entendimento do que é uma política de assistência social de forma geral, bem como o significado da política de assistência estudantil em particular, está intrinsecamente relacionado ao imaginário social da “ajuda”, pois todos entendem que os beneficiários de políticas assistenciais estão sendo ajudados pelo governo. Em segundo lugar aparece o termo “incentivo”, no caso da política de assistência estudantil, os jovens entrevistados acreditam que o benefício serve como um meio de incentivar os beneficiários a estudar.

Entre os sete jovens entrevistados, três deles ao serem perguntados sobre o que entendem por políticas assistenciais se limitaram a falar sobre a política de assistência estudantil, pela qual são contemplados, Guilherme de 18 anos, afirma que seria “o modo que o governo tem de ajudar as pessoas de classe inferiores a permanecer no colégio, permanecer estudando. É um incentivo para o aluno continuar estudando”, da mesma forma o estudante Hugo de 18 anos, acredita ser um incentivo ao afirmar que “aqui no Instituto Federal é algo que difere de outras instituições, porque se não houvesse, muitos alunos teriam que recorrer a um trabalho, então isso motiva alguns alunos a estarem no ambiente escolar”.

Outros três estudantes apresentaram uma visão mais ampla sobre o assunto. Acreditam que as políticas assistenciais são compostas por ações que visam ajudar famílias pobres, de baixa renda. Entendem as políticas assistenciais como recursos financeiros

recebidos para suprir necessidades básicas, como pagar uma conta de luz ou água, considerando ser algo interessante e importante. Alguns dos jovens citam o programa Bolsa Família e falam sobre cotas raciais e sociais afirmando serem a favor dessas políticas. O estudante Miguel de 17 anos, acredita que esses programas são “realmente necessários por uma questão de contribuição social, de alavancar pessoas que não tem tantas condições, mas tem um grande potencial”. Os jovens acreditam que esses programas têm caráter assistencialista, mas também podem contribuir para alterar a situação das pessoas em longo prazo, porém, ainda associam a política de assistência social com práticas assistenciais exercidas pela sociedade civil, como podemos observar neste relato de Hugo:

minha mãe participa de uma comunidade evangélica e pelos relatos dela algumas pessoas da comunidade só estão ali por conta disso, foi com a ajuda destes programas que elas conseguiram se manter porque algumas pessoas realmente usam isso para se manter para conseguir trabalhar, fazer cursos e isso beneficia a longo prazo também (Hugo, 18 anos).

Os estudantes também demonstraram preocupação em relação às pessoas que não precisam desses benefícios e são beneficiadas e pelas pessoas que não utilizam da forma que acreditam ser correta. Apenas um dos jovens afirmou que não sabia o que eram políticas assistenciais. Em termos gerais todos os jovens veem as políticas assistenciais como programas que tem como objetivo ajudar a população carente, por meio de recursos financeiros, a ter uma melhor qualidade de vida.

Bauman (2000) ao discutir o conceito de “Estado benefactor” salienta que esse conceito defende que entre as obrigações do Estado está a de fornecer uma situação de “bem estar” a população, que iria além de condições de sobrevivência, mas condições de ter uma vida digna. Dessa forma,

Para las instituciones administradas y financiadas por el Estado, el concepto imponía la responsabilidad mas amplia de atender el bienestar publico, lo es decir, garantizar colectivamente la supervivencia digna de todos los individuos. Ese bienestar podia ser considerado como una forma de seguro colectivo contratado en conjunto, que cubria individualmente todos los miembros de la comunidad; esto es, una paliza de seguro que promete compensaciones proporcionales alas necesidad individuales, no al monto

de las cuotas pagadas por cada uno. El principio de bienestar público, en su forma mas pura, supone la igualdad ante la necesidad, equilibrando las desigualdades existentes en cuanto a capacidad de pago. Y el Estado benefactor delega en sus organismos dependientes la responsabilidad de poner en práctica ese principio (BAUMAN, 2000, p. 73).

Para Nascimento (2012, p. 10) a forma que as políticas sociais “se expressam responde a decisões políticas adotadas no país, sendo estas condizentes com o projeto social que o Estado brasileiro se dispôs a concretizar, e que vai de encontro aos interesses do grande capital”. Por meio do pensamento social brasileiro a autora conclui que existe um “continuismo” por parte dos governos para manter a ordem capitalista e tais atitudes são visíveis nas políticas sociais. Dessa forma, as políticas de assistência ao estudante são vistas como necessária para se atingir os interesses do capital, pois o Banco Mundial, instituição financeira que fornece empréstimos a países em desenvolvimento, apresenta como uma de suas exigências o aumento dos índices de escolaridade. A assistência estudantil atenderia a essa necessidade ao promover ações com o objetivo de diminuir a evasão escolar e consequentemente aumentar os índices escolares.

No que se refere ao funcionamento da política de assistência estudantil os jovens apresentam uma visão positiva do programa, uma vez que segundo eles atende aos que mais precisam. Destacam ainda que o valor dos auxílios é adequado as suas necessidades e a bolsa de inclusão social ao inserir os beneficiários em projetos acadêmicos possibilita o acesso a outros conhecimentos além dos adquiridos em sala de aula, ainda proporciona aos bolsistas a chance de participar em eventos para apresentar os resultados do projeto. Também relatam positivamente em relação a carga horária que deve ser cumprida pelos bolsistas, pois “ não é nem pequena que não possa desenvolver um bom trabalho e nem muito alta que sobrecarregue o estudante” (Hugo, 18 anos).

Um ponto negativo do programa apontado pelos jovens se relaciona diretamente com a importância do dinheiro recebido. São os possíveis atrasos no pagamento dos auxílios, fato que prejudica aqueles que dependem exclusivamente deste dinheiro para conseguir manter-se na escola, “não tem dia certo para receber, às vezes o dinheiro demora pra cair e isso é muito ruim” (Fabio, 18 anos).

A questão do atraso no pagamento dos auxílios aos estudantes coloca em risco o objetivo de uma política de assistência social, uma vez que se o intuito da política é diminuir as condições de vulnerabilidade dos estudantes, contribuir para sua permanência e êxito acadêmico. O fato de não ter um dia certo para os jovens receberem os benefícios sociais impede que os mesmos possam se organizar financeiramente, favorecendo para manutenção da sua condição de vulnerabilidade. Essa é uma questão que pode demonstrar a fragilidade existente na política e contrapor seus princípios de inclusão apresentados neste texto, principalmente no que se refere a permanência e êxito nos cursos.

Ainda, outro fator apontado negativamente pelos jovens em relação ao programa diz respeito ao fato da forma em que é realizada a análise socioeconômica. Segundo os entrevistados o fato de ser realizada mediante documentação, facilita que pessoas que não necessitam dos benefícios tenham acesso aos mesmos mediante fraude, como declarar uma renda inferior ao que realmente possuem, principalmente os trabalhadores autônomos, “eles não mostram isso para poder ganhar e tirar a vaga de outra pessoa” (Larissa, 18 anos).

Segundo os jovens, isso acontece em todos os programas sociais e está relacionado ao desejo de ter sempre mais dinheiro, sem refletir que isso repercute na vida de outras pessoas que precisariam mais destes benefícios. Este tipo de comportamento, de acordo com a opinião de alguns entrevistados, é característico das sociedades capitalistas que favorece a busca por dinheiro, sem pensar nas consequências, prejudicando inclusive as relações sociais “a sociedade capitalista faz com que as pessoas deixem de pensar uma nas outras, o que importa é o dinheiro” (Miguel, 18 anos).

Ao serem questionados sobre o que pensam em relação as pessoas que recebem o benefício, todos os jovens entrevistados tiveram dificuldades em responder com clareza. Trouxeram novamente o fato de alguns estudantes receberem o benefício sem merecê-lo, nestes casos, os viam negativamente, “pra mim isso é falta de caráter” (Larissa, 18 anos). Acreditam que deveria haver um acompanhamento maior aos beneficiários, no sentido de fiscalização para ter certeza de que realmente precisam do auxílio.

Nos casos em que os jovens acreditam que o beneficiário necessita do dinheiro a visão se apresenta

mais positiva “o Fabio da minha sala sei que ele precisa e o benefício ajuda bastante ele” (Murilo, 19 anos). Apenas um estudante declarou que não percebe que existam pessoas recebendo sem merecer. Os outros seis jovens entrevistados afirmaram acreditar que algumas pessoas, não só na assistência estudantil, mas também em outros programas sociais recebem sem merecer.

Podemos utilizar para leitura desta visão dos jovens em relação às pessoas que não merecem o benefício e a necessidade de exercer o controle em relação a estes beneficiários indevidos, a teoria de Han (2013) acerca da sociedade da transparência. Segundo o autor, neste tipo de sociedade em que segue a lógica econômica, impera a desconfiança entre as pessoas e o exercício do controle, como um novo tipo de panóptico. Neste sentido “la sociedad de la transparencia es una sociedad de la desconfianza y de la sospecha, que a causa de la desaparicion de la confianza se apoya en el control” (HAN, 2013, p. 94).

Quando o questionamento era referente a si mesmo, enquanto merecedor dos benefícios, as respostas foram variadas, a estudante Larissa de 18 anos entende que a questão do merecimento depende das pessoas que estão concorrendo com ela ao benefício “depende com quem que eu estou concorrendo, não depende de só eu merecer, mas de quem é a outra pessoa, até porque se minha renda for maior do que uma pessoa que precise mais eu acho que eu não mereço”. A concorrência também é percebida de outra maneira, quando se associa a noção de justiça, “não sei se é questão de merecer, mas eu preciso e seria injusto eu não receber e outro que precisa menos receber” (Fabio, 18 anos).

O fato das políticas sociais serem voltadas para quem dela necessitar (LOAS, 1993) introduz nos beneficiários o sentimento de concorrência, assim, a justiça em relação ao atendimento aos mais necessitados desperta o imaginário da necessidade de concorrer para se ter acesso aos benefícios e esta noção de concorrência é o que pode gerar condutas fraudulentas para parecer “mais pobres”. Importante pontuar que a questão da concorrência é inerente ao mercado de trabalho capitalista, como afirma Frigotto,

A mensagem clara é que não há mais lugar para todos, mas apenas para aqueles que se adequarem ao conjunto de competências técnicas, científicas, culturais e afetivas que o mercado reconhece como

desejáveis do ‘novo’ cidadão produtivo. Somente este tem escrito no rosto a condição de empregável. Condição esta, de acordo com a ideologia da empregabilidade, não mais estabelecida no horizonte de longo prazo, mas somente até que as partes assim o desejarem (FRIGOTTO, 2007, p. 525)

Outro atributo apontado pelos jovens referente ao merecimento está relacionado ao destino do dinheiro, quando o auxílio recebido é utilizado para os fins ao qual o programa estabelece, o beneficiário se enxerga merecedor “eu preciso eu uso para a finalidade que ele agrega e também por que eu, se não fosse por ele eu não estaria aqui [...] faço por merecer, eu estudo, eu valorizo o que eu tenho” (Miguel, 18 anos). Ou ainda pelo desempenho acadêmico enquanto estudante “eu mereço, sou bom aluno e se não fosse os auxílios talvez não pudesse ficar aqui” (Vinícius, 18 anos).

Ao serem perguntados sobre a importância da política de assistência estudantil para seu desempenho acadêmico todos os jovens entrevistados, que recebem algum benefício, afirmaram que a política exerceu papel importante em seu desempenho escolar, pois ajudou a comprar materiais escolares e permitiu que passem mais tempo dentro da instituição, o que segundo os jovens, oportunizaria mais conhecimento, como afirma Vinícius de 18 anos “talvez eu não teria a chance de ficar tantas vezes aqui no Instituto Federal e essas vezes que eu fico aqui, as vezes a semana inteira, acrescenta bastante para mim, é um conhecimento a mais”. Um dos jovens entrevistados coloca que sem o auxílio financeiro recebido por meio da assistência estudantil não teria conseguido permanecer na instituição até o final do curso.

Dessa forma, as políticas de assistência estudantil dão aos estudantes a oportunidade de permanecer outros períodos na escola, permitindo acesso a mais conhecimentos, além de que em alguns casos possibilita a permanência do aluno na instituição, a continuidade e conclusão do curso. Também destacam que os projetos permitem que tenham acesso a outros conhecimentos que não são contemplados pelas disciplinas cursadas como relata Larissa de 18 anos “as coisas que eu aprendi nos projetos sinceramente eu não aprenderia em aula”.

Em termos gerais, para os jovens as políticas são importantes para seu desempenho por permitir que eles tenham acesso ao conhecimento, seja por poder permanecer mais tempo na escola e se dedicar mais

aos estudos ou pelo fato de estarem envolvidos em projetos onde adquirem a oportunidade de desenvolver atividades de pesquisa que trazem conhecimento para além dos ofertados nas disciplinas do curso. De acordo com o Decreto nº 7.234, de 19/07/2010 “as ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras” (BRASIL, 2010).

Quando perguntados por que acham que deveriam ser um beneficiário da política de assistência estudantil, os jovens acreditam que são merecedores porque precisam, se encaixam nos requisitos necessários para receber e os utilizam para os fins corretos. Guilherme de 18 anos afirma “acho que me enquadro, por ser de uma classe mais baixa, então eu acho que esse auxílio vem para ajudar”, o jovem acredita que a disputa, por exemplo, de uma vaga no vestibular é desigual e ajudar os que mais necessitam pode diminuir essa desigualdade. De acordo com Guilherme, essas políticas ajudariam os alunos a se manterem na escola, pois, “se ele não tivesse esse auxílio precisaria estar trabalhando, tiraria o tempo dele de estudo”. Assim, podendo ficar na escola e se dedicar aos estudos esse jovem teria mais oportunidades na vida. Um dos jovens entrevistados, que não recebe nenhum tipo de auxílio, acredita que não mereceria ser um beneficiário por não se encaixar nos pré-requisitos necessários, mas ao ser perguntado se gostaria de receber afirma “sim, quem não gosta de receber um dinheiro a mais” (Murilo, 19 anos).

Ao serem questionados se sua visão sobre a política de assistência estudantil mudaria caso não fossem contemplados por ela, os jovens afirmam que se não fossem contemplados sua visão em relação as políticas não mudaria, “eu vejo que realmente pega aqueles que precisam, caso eu não fosse eu iria entender” (Vinícius, 18 anos). Destacam que o processo de seleção é justo e beneficia pessoas que realmente precisam. Miguel de 17 anos afirma que caso não fosse selecionado no primeiro momento ficaria chateado e indignado, mas entenderia, “mesmo não sendo uma coisa boa para mim, eu iria entender porque realmente beneficiou alguém que precisou mais que eu”.

Sobre o benefício ser ou não um direito de quem recebe, dois dos jovens entrevistados acreditam que

o benefício é um direito dos estudantes, acreditam que se a pessoa passou pelo processo de seleção e foi selecionada é seu direito receber. A maioria dos alunos não vê o benefício como um direito, mas como uma oportunidade, algo bom, como afirma Fabio de 18 anos “Não um direito, mas é um bom auxílio, porque nas outras escolas os alunos não recebem, só aqui no Instituto, então não vejo como um direito, mas como um auxílio”. De acordo com os entrevistados direito seria se todas as pessoas que necessitam recebessem. Guilherme de 18 anos coloca que “direto seria se todo mundo recebesse se todo mundo que realmente precisasse recebesse. Então, não digo um direito, mas uma oportunidade”.

Os jovens apontam a necessidade de uma maior fiscalização ou acompanhamento dos alunos beneficiados, para verificar se os recursos estão sendo utilizados da forma correta e se os dados apresentados no processo de seleção são verdadeiros. Afirmam ainda que, seria importante ter um número maior de bolsas e auxílios para que mais pessoas que necessitam possam ser contempladas. Um dos alunos gostaria que o programa bolsa atleta fosse para todos “Acho que o bolsa atleta deveria ser para todos, independente da renda da pessoa” (Murilo, 19 anos), pois afirma que se o aluno está treinando, se dedicando e trazendo medalhas para a instituição também deveria receber o auxílio, como em um trabalho onde se recebe por uma atividade desempenhada.

Considerações finais

Podemos concluir, por meio de nossa investigação, que a visão que os jovens possuem da política de assistência estudantil, ofertada pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAS e gerenciada pelo Instituto Federal do Paraná, é positiva. A compreendem como um auxílio financeiro fornecido pelo governo para as pessoas mais vulneráveis para que essas possam ter condições de permanecer na escola e também como forma de incentivar os alunos a estudarem. Identificamos que esta visão positiva se amplia também a outras políticas de assistência social existentes no Brasil.

Todos os jovens entrevistados relatam que acreditam que tais políticas são relevantes, necessárias para uma maior qualidade de vida das pessoas mais pobres e como meio para diminuir as desigualdades

sociais do país, mesmo os jovens que relatam o caráter assistencialista do programa, o enxergam como importante. No entanto, apesar de entenderem que a proposta da política é justa e necessária, apontam falhas no programa, a principal, seria o fato de algumas pessoas conseguirem fraudar o processo, comprovando uma situação financeira que não condiz com a realidade, e dessa forma acabam tendo acesso aos benefícios sem de fato necessitar, ou se enquadrar nos critérios estabelecidos, o que demonstra a necessidade de melhorias na política.

Consideramos importante realçar que os jovens entendem que os auxílios são necessários para permanência e êxito na escola, mas o que realmente pode fazer a diferença em suas vidas seria o acesso a uma educação de qualidade, algo que segundo os entrevistados nem todos possuem. Neste sentido, percebemos a valorização destes jovens acerca da importância da oferta de educação de qualidade como meio de alcançar uma mudança significativa na condição social das pessoas.

Por fim, entendemos que os jovens ainda apresentam uma visão reduzida das políticas de assistência social como um todo, pois nem um dos entrevistados demonstrou entender ou ter conhecimento do que motivou tais políticas no país e qual sua importância para nossa economia. Seus relatos passam a ideia que essas políticas foram pensadas apenas para melhorar a qualidade de vida da população em situação de vulnerabilidade social e não é possível visualizar em suas falas que as políticas também atendem a interesses maiores, como por exemplo, as exigências de instituições internacionais como Banco Mundial, instituição financeira que fornece empréstimos a países em desenvolvimento, onde uma de suas exigências tem sido o aumento dos índices de escolaridade. Dessa forma, entendemos necessário salientar que tais políticas não são pensadas apenas para melhorar a qualidade de vida da população pobre do país, mas também defendem outros interesses, como o financeiro, e a manutenção do sistema capitalista vigente.

Referências:

ARAUJO, Maria Paula. **Memórias estudantis: da fundação da UNE os nossos dias**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Trabajo, consumismo y nuevos pobres**. Barcelona: Gedisa Editoria, 2000.

BRASIL. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica, Concepção e Diretrizes**. Brasília: MEC, 2010. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?gid=6691&option=com_docman&task=doc_download>. Acesso em: 16 set. 2015.

_____. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 16 set. 2015.

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência, Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm>. Acesso em: 16 set. 2015.

_____. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os Arts. 39 a 41 da Lei nº-9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 16 set. 2015.

_____. **Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998**. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19649cons.htm>. Acesso em: 17 set. 2015.

_____. **Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 17 set. 2015.

_____. **Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994**. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8948.htm>. Acesso em: 17 set. 2015.

_____. **Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm>. Acesso em: 18 set. 2015.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 17 set. 2015.

CAMPOS, Francisco. **Educação e Cultura**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Trabalho necessário**. Rio de Janeiro, ano 3, n. 03, p. 01-20, 2005.

COSTA, Simone Gomes. A equidade na Educação Superior: uma análise das Políticas de Assistência Estudantil. 202f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

HAN, Byung-Chun. **La sociedad de la transparencia**. Barcelona: Herder Editorial, 2013.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução 053, de 21 de dezembro de 2011**. Altera os artigos 7º, 8º e 12º da resolução 011/2009, que determina a política de apoio estudantil do Instituto Federal do Paraná. Disponível em: <<http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/08/Res.-53.11.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2015.

_____. **Resolução 064, de 28 de julho de 2010**. Aprova a criação do Programa de Bolsas de Inclusão Social do Instituto Federal do Paraná. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/08/Resolu%C3%A7%C3%A3o-064.10_PBIS.pdf>. Acesso em: 18 set. 2015.

_____. **Resolução 011, de 21 de dezembro de 2009**. Aprova a política de apoio estudantil do Instituto Federal do Paraná. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/08/Resolucao_Assistencia_Estudantil_IFPR_-11.09.pdf>. Acesso em: 18 set. 2015.

_____. **Assistência estudantil**. Disponível em: <<http://reitoria.ifpr.edu.br/menu-academico/assistencia-estudantil>>. Acesso em: 16 set. 2015.

FLICK, Uwe. **In'troducción a la investigación Cualitativa**. 2. ed. Madrid: Morata, 2007.

FRIGOTTO, G. Educação Profissional e Capitalismo dependente: O enigma da falta e sobra de profissionais qualificados. **Trab. Educ. Saúde [online]**, Rio de Janeiro v.5, n. 3, p. 521-536, 2007.

FRIGOTO, G, CIAVATTA, M. Perspectivas sociais e políticas da formação de nível médio: Avanços e Entraves nas suas modalidades. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n 32, n. 116, p. 619-638, jul-set, 2011.

PORTES, Claudia Regina Pacheco. **Cursos Técnicos Profissionalizantes do Colégio São Mateus, período 2004-2009 e o desenvolvimento local**. 148 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade do Contestado, Canoinhas, 2012.

TAYLOR, Charles. **Imaginários sociais modernos**. Lisboa: textos & Grafia, 2010.

NASCIMENTO. Clara Martins Do. Estado Autocrático Burguês e Política Educacional no Brasil: contribuições ao

debate sobre a assistência estudantil nas IFES. **SER Social**,
Brasília, v. 14, n. 30, p. 8-27, jan./jun. 2012.

Recebido em: 26-01-2016

Aceito: 19-04-2016